



**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

**Avaliação, Políticas e Expansão
da Educação Brasileira**

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-476-4 DOI 10.22533/at.ed.764191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS REFLEXIVOS	
Diego Bechi	
DOI 10.22533/at.ed.7641910071	
CAPÍTULO 2	17
A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE INGLÊS PARA FINS ESPECÍFICOS E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE SOCIAL DO ENSINO	
Liamara Baruffi	
DOI 10.22533/at.ed.7641910072	
CAPÍTULO 3	27
A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REPRESENTAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Luiz Carlos Lückmann	
DOI 10.22533/at.ed.7641910073	
CAPÍTULO 4	39
CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA DIGITAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA EDUCATIVA EM SANTARÉM-PARÁ	
Adriane Panduro Gama	
Tânia Suely Azevedo Brasileiro	
DOI 10.22533/at.ed.7641910074	
CAPÍTULO 5	56
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA	
Patrícia Aparecida da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.7641910075	
CAPÍTULO 6	64
DESIGN EDUCACIONAL NA ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA CURSOS ONLINE: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE	
Edilene Cândido da Silva	
Juliana Teixeira da Câmara Reis	
Raiane dos Santos Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7641910076	
CAPÍTULO 7	72
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO DOCENTE: ANALISANDO O PROJETO VISITANDO A BIOLOGIA DA UEPG	
Fernanda Mendes Ferreira	
Fernanda Verônica Fleck Pereira	
José Fabiano Costa Justus	
DOI 10.22533/at.ed.7641910077	

CAPÍTULO 8	83
FORMAÇÃO DE GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Eridan Rodrigues Maia	
Aída Maria da Silva	
Marcia Betania de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7641910078	
CAPÍTULO 9	99
FORMAÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO EDUCATIVO: COMPREENSÕES DOS PROFESSORES DE LIBRAS	
Graciele Alice Carvalho Adriano	
Ana Clarisse Alencar Barbosa	
Mônica Maria Baruffi	
Patrícia Cesário Pereira Official	
DOI 10.22533/at.ed.7641910079	
CAPÍTULO 10	110
FORMAÇÃO EM CONTEXTO COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA DA OFERTA EDUCATIVA EM EDUCAÇÃO INFANTIL	
Rosemeri Henn	
Marlene da Rocha Migueis	
DOI 10.22533/at.ed.76419100710	
CAPÍTULO 11	122
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CORPO, CULTURA DE MOVIMENTO E JOGOS INDÍGENAS	
Camila Ursulla Batista Carlos	
Glycia Melo de Oliveira	
Moaldecir Freire Domingos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.76419100711	
CAPÍTULO 12	132
LETRAMENTO PARA O TRÂNSITO: EVENTOS E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS	
Klébia Ribeiro da Costa	
Ana Maria de Oliveira Paz	
DOI 10.22533/at.ed.76419100712	
CAPÍTULO 13	144
NAS RUAS E NAS DELEGACIAS O MUNDO É OUTRO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DO POLICIAL CIVIL	
Elton Basílio de Souza	
José Geraldo Pedrosa	
DOI 10.22533/at.ed.76419100713	

CAPÍTULO 14	156
O IMPACTO DO PIBID NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPB	
Bruna Tavares Pimentel Heytor de Queiroz Marques Raphaella Ferreira Mendes Weverson Bezerra Silva	
DOI 10.22533/at.ed.76419100714	
CAPÍTULO 15	166
O PAPEL DO TRABALHO EM GRUPO NA FORMAÇÃO DA AUTONOMIA DO PENSAMENTO: UMA ABORDAGEM PIAGETIANA	
Rosenei Cella Rosana Cristina Kohls Ivana Aparecida Weissbach Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.76419100715	
CAPÍTULO 16	172
POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEGISLAÇÃO: RECORTE VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOCENTE	
Luciane Helena Mendes de Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.76419100716	
CAPÍTULO 17	184
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO FAZER PEDAGÓGICO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES	
Giovanna Rodrigues Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.76419100717	
CAPÍTULO 18	195
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO MATEMÁTICA DO PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Mateus De Souza Coelho Filho Evandro Luiz Ghedin	
DOI 10.22533/at.ed.76419100718	
CAPÍTULO 19	211
TRABALHO E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Jacir Mario Tedesco Filho Matilde Dias Martins Pupo Sandra Terezinha Urbanetz Simone Urnauer	
DOI 10.22533/at.ed.76419100719	
CAPÍTULO 20	216
CEALE: SIGNIFICADOS APRESENTADOS POR DOCENTES ALFABETIZADORES	
Bernarda Elane Madureira Lopes Cristiana Fonseca de Castro Elisa Carneiro Santos de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.76419100720	

CAPÍTULO 21	229
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE TEXTOS	
Andréa Cristina Maggi	
Ivo de Jesus Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.76419100721	
CAPÍTULO 22	243
IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE UM GRUPO DE PROFESSORES EM UMA ESCOLA PÚBLICA E O CONCEITO DE FUNÇÃO DOCENTE FORMATIVA: NARRATIVA DE MEMÓRIA	
Fernando Lucas Oliveira Figueiredo	
Santuza Amorim da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.76419100722	
CAPÍTULO 23	258
VISÃO DO PROFESSOR PESQUISADOR E FORMADOR ANTE A PROPOSTA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DOCÊNCIA NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
Marta Rosa Borin	
Neida Maria Camponogara de Freitas	
Heliana de Moraes Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76419100723	
CAPÍTULO 24	269
CUIDAR E EDUCAR:UM ESTUDO SOBRE A CAPACITAÇÃO DE CUIDADORES EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	
Bianca Cristina dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.76419100724	
CAPÍTULO 25	278
ME FORMANDO PROFESSORA: MAGISTÉRIO, PEDAGOGIA E O PIBID	
Pamela Fonseca Costa	
DOI 10.22533/at.ed.76419100725	
CAPÍTULO 26	284
REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÕES CONTINUADAS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Malcus Cassiano Kuhn	
Michele Roos Marchesan	
Naiara Dal Molin	
Helena Miranda da Silva Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.76419100726	
CAPÍTULO 27	295
O ENSINO DA MATEMÁTICA NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: UMA ANÁLISE DO CADERNO DE APRESENTAÇÃO	
Suellen Cristina Marciano	
Daniela Paula da Silva Mariano	
Roberta Negrão de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.76419100727	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	307

VISÃO DO PROFESSOR PESQUISADOR E FORMADOR ANTE A PROPOSTA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DOCÊNCIA NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Marta Rosa Borin

Departamento de Metodologia do Ensino, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS.

Neida Maria Camponogara de Freitas

Professora da rede pública Estadual do Rio Grande do Sul, Santa Maria-RS

Heliana de Moraes Alves

Professora da rede pública Estadual do Rio Grande do Sul, Santa Maria-RS

RESUMO: As experiências pedagógicas de professores da Educação Básica de escolas públicas do Rio Grande do Sul foram fortalecidas e compartilhadas no Curso de Aperfeiçoamento Docência na Escola em Tempo Integral, ofertado à comunidade em 2013 e 2015, pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. O curso visava à formação continuada de professores em educação integral, na perspectiva de um educador motivado a criar, desenvolver e proporcionar uma educação integral, integrada e integradora, voltada aos discentes das escolas de Educação Básica da rede pública de ensino. Optou-se por módulos de ensino onde buscou-se analisar as concepções presentes na proposta do Programa Mais Educação e aquelas presentes nas ações desenvolvidas pelos sujeitos envolvidos com práticas de educação

integral. A valorização das experiências dos professores cursistas contribuíram para a reflexão e para o fortalecimento de novas ações a fim de ressignificar os tempos e espaços de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: educação, formação de professores, territórios educativos

ABSTRACT: The pedagogical experiences of teachers of Basic Education of public schools in Rio Grande do Sul were strengthened and shared in the Course of Improvement Teaching in School in Integral Time, offered to the community in 2013 and 2015, by the Education Center of the Federal University of Santa Maria. The course aimed at the continuing education of teachers in integral education, from the perspective of a motivated educator to create, develop and provide an integral, integrated and integrative education, aimed at the students of the Basic Education schools of the public school system. We chose modules of teaching where we sought to analyze the conceptions present in the proposal of the More Education Program and those present in the actions developed by the individuals involved with practices of integral education. The valuation of the experiences of the teachers contributed to the reflection and the strengthening of new actions in order to resignify the times and spaces of learning.

KEYWORDS: education, teacher training

1 | INTRODUÇÃO

O conceito de educação integral não é recente, vem sendo desenvolvido por meio de um longo percurso educacional, político e histórico. Desde 2007, o Programa Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC), tem o propósito de retomar, fortalecer e auxiliar projetos e ações vinculados às perspectivas da educação integral. Entende-se por educação integral aquela que prima pelo desenvolvimento total da pessoa, integrando ao currículo escolar vários contextos educativos, vinculados às vivências e às experiências do cotidiano do educando.

Nesse contexto, a escola deve estar integrada com a comunidade que a cerca, e todos se tornam responsáveis pela educação. A escola se reconhece como agente comunitário e busca parceiros do território local para ampliar seus espaços e conteúdos dentro e, também, fora de seus muros (Caderno Territórios Educativos para a Educação Integral, 2014).

O conceito de formação integral inclui o protagonismo, a solidariedade, as crenças, os valores daquela cultura na qual o grupo está inserido, o patrimônio cultural e ambiental, tendo em vista ampliar os espaços educativos por meio de atividades socioeducativas oferecidas em jornada ampliada, a ser definida pela escola, seja ela urbana ou rural, respeitando as especificidades de cada localidade.

Para propor o Curso de Aperfeiçoamento Docência na Escola em Tempo Integral partimos daquilo que foi apontado no texto de referência para o debate nacional sobre educação integral, ou seja, dar atenção à formação dos trabalhadores em educação e os meios para sua implantação, principalmente,

[...] valorizando o que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, educandos e das comunidades que contribuem para ampliar os tempos e os espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem. (BRASIL, 2009a, p. 6).

Assim, dialogando com o debate nacional, buscou-se articular o saber escolar com o saber da comunidade local, seja urbana ou rural, a fim de estimular os educadores cursistas a construir uma prática pedagógica participativa e colaborativa na qual a educação pudesse ser entendida como direito de todos e de cada um (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, tanto a cidade como a zona rural são considerados espaços educativos, pois a ideia de cidade educadora visa promover o protagonismo de todos e reconhecer que todos os seus habitantes têm oportunidade e direito de participação na criação de programas educativos e culturais. Assim, os educadores cursistas foram convidados a olhar para o entorno da escola (rua, instituições, associações, museus, praças, centros comunitários, meio ambiente, etc.) como possibilidade educativa para,

então, dialogar com esses espaços educativos e, a partir deles, pensar em práticas que incorporassem a cidade e seus territórios como espaços de conhecimento e aprendizagem de cidadania. Ou seja, “[...] buscar soluções locais, articulando as iniciativas de diferentes setores públicos e despertando as forças positivas que existem no território.” (BRASIL, 2009a, p. 47).

Entende-se que o território educativo apresenta uma variedade de saberes que não podem ser ignorados pelo saber científico-escolar. Está relacionado à dimensão de tempo e espaço social de comunidades de aprendizagem onde se realiza a vida em sociedade (nas praças, ruas, parque, biblioteca, etc). Diz respeito, ainda, à constituição de laços que se definem no contato dos indivíduos em sociedade, como também nos investimentos simbólicos, éticos, morais e estéticos que revelam o sentido próprio da sociedade e dá visibilidade às diferenças para a construção de identidades e reconhecimento do outro. Com esse propósito, por meio da educação, pode-se substituir “[...] a disputa política pela colaboração em prol do interesse coletivo, dando respostas integradas aos problemas que os cidadãos e cidadãs enfrentam.” (BRASIL, 2009a, p. 47).

Para atender à atual proposta de educação integral, dois conceitos são importantes: intersetorialidade e governança. Isso significa olhar sobre o campo social e sobre a capacidade dos trabalhadores em educação e educandos intervirem em diferentes territórios através de políticas públicas coordenadas e não fragmentadas. A articulação de distintos atores trabalhando em rede visa garantir o direito à educação de qualidade para crianças e jovens, na qual um grupo não se sobrepõe ao outro, pois o saber de todos deve ser reconhecido.

Assim, a educação é por definição integral, na medida em que deve atender a todas as dimensões do desenvolvimento humano e se dá como processo ao longo de toda a vida. Portanto, a educação integral não é uma modalidade de educação, mas sua própria definição. Espaços, dinâmicas e sujeitos são objeto de aprendizagem e também seu fim, o sentido próprio para o qual converge a construção de qualquer conhecimento (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2016).

Nessa perspectiva, todos – escola, família, comunidade e a própria cidade – são educadores e aprendizes de um mesmo e colaborativo processo de aprendizagem. Fundamentalmente, a educação integral reconhece oportunidades educativas que vão além dos conteúdos compartimentados do currículo tradicional e compreende a vida como um grande percurso de aprendizado e a reconhece como uma grande, permanente e fluída escola (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2016).

De acordo com o Centro de Referência em Educação Integral, o conceito da educação integral dialoga diretamente com a proposta de cidades educadoras, quando entende que territórios – urbanos ou rurais – têm sua gestão inteiramente voltada para garantir o desenvolvimento integral de seus habitantes. Para tanto, uma cidade educadora desvela talentos e investe nos potenciais de suas comunidades

com foco em uma ação educativa permanente e que responda a todos (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2016).

Além disso, sair do território próximo e circular em outros lugares da cidade permite que os estudantes tenham contato com outras culturas e experiências, o que os auxilia na compreensão da diversidade e das desigualdades que caracterizam nossa sociedade. Pois, a realização da vida em sociedade acontece nessa dimensão de tempo e de espaço que chamamos território. É nele que as distinções culturais e sociais se estabelecem e se reproduzem.

Assim, quando, em sua proposta pedagógica, a escola estabelece um diálogo com os saberes das famílias e das comunidades contribui para a efetivação de um currículo que valoriza a cultura e o conhecimento popular, tanto quanto os conhecimentos acadêmicos historicamente sistematizados pela humanidade.

Associado a todos esses aspectos está presente também o debate sobre o direito ao espaço público. Participar da vida do município, usufruir de seus bens culturais, ocupar praças, circular pelos diferentes espaços públicos são experiências de cidadania que precisam ser garantidas a todas as pessoas. Posição novamente reiterada pelo texto de referência sobre gestão intersetorial no território do Programa Mais Educação (BRASIL, 2014).

Paralelamente, a circulação das crianças e jovens pelos espaços gera demandas que precisam ser observadas tanto pelo poder público quanto pelos moradores e pelas próprias instituições de ensino: sinalização de trânsito, calçadas, retirada de entulhos (ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ, [2014]).

2 | O CURSO EM DOCÊNCIA NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

O Curso de Aperfeiçoamento em Docência na Escola de Tempo Integral, como um curso de formação de professores de Educação Básica, foi planejado sob a ótica dos conceitos referidos e da análise do Programa Mais Educação, visando potencializar as escolas para buscarem parcerias com a comunidade para promover e fortalecer ações integradas de educação integral.

Portanto, os módulos do curso foram criados visando à conexão de diferentes temas em uma perspectiva integradora visando dialogar com as práticas que vêm sendo desenvolvidas nas escolas integrantes do Mais Educação, em nível regional, no Estado do Rio Grande do Sul. Práticas essas, que foram evidenciadas a partir das experiências compartilhadas durante o Curso entre os educadores cursistas e professores formadores e pesquisadores.

O Curso foi ofertado à comunidade em duas edições consecutivas, em 2013 e 2015, pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, com recursos advindos do Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Básica, Ministério da Educação. Teve como meta fortalecer estratégias que visam à formação continuada dos professores da Educação Básica, na perspectiva de um educador motivado a criar,

desenvolver e proporcionar uma educação integral, integrada e integradora, voltada aos discentes das escolas de Educação Básica da rede pública de ensino.

O processo de construção do Curso de Aperfeiçoamento nesse contexto necessitou de um amplo diálogo com as metas previstas e traçadas, por isso que a sua formatação, conceituação e dinâmica primaram pela integração entre os módulos. Para isso foi necessário um processo contínuo de pesquisa, planejamento e estudos dos professores pesquisadores e professores formadores, na perspectiva de desenvolver um curso integral e eficaz, a partir das normas que regulamentam as diferentes funções desses profissionais.

Conforme Resolução CD/FNDE n. 24, de 16 de agosto de 2010, e o Art. 6º, os programas de formação de professores e demais profissionais da educação implementados pela Secretaria de Educação Básica (SEB/ MEC) contemplam, entre outras, as seguintes funções: professor pesquisador (preparador de conteúdo; desenvolvedor de metodologias e avaliador); e professor formador (professor de turma; professor de sala-ambiente).

O curso foi definido por meio de estratégias que integraram as ações de um módulo aos demais, visto que tinha uma continuidade quanto às atividades previstas e desenvolvidas, culminando com o Trabalho Final do Curso, um artigo a ser redigido pelos cursistas sobre as práticas desenvolvidas nas escolas onde atuavam. Esses resultados foram apresentados no Seminário Local de Socialização de Boas Práticas em Educação Integral.

Os dados apurados no Curso foram executados por meio do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), que em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tornou transparente a certificação aos professores participantes.

O curso foi ofertado na modalidade semipresencial tendo como público-alvo professores e coordenadores pedagógicos das escolas públicas das redes estadual e municipal, do Estado do Rio Grande do Sul, cadastradas no Programa Mais Educação. Mediante as temáticas trabalhadas em cada módulo buscou-se analisar as concepções presentes na proposta do Programa Mais Educação e aquelas presentes nas ações desenvolvidas pelos sujeitos envolvidos com práticas de educação integral. Além disso, foi estimulado o planejamento de ações educativas que colaborassem com o desenvolvimento da educação integral no cotidiano das escolas, a partir de seus Projetos Político Pedagógico (PPP). A valorização das experiências dos cursistas contribuíram para a reflexão e para o fortalecimento de novas ações a fim de ressignificar os tempos e espaços de aprendizagem na escola com práticas pedagógicas desenvolvidas a partir da concepção da educação integral.

Ao dar atenção à formação dos trabalhadores em educação por intermédio do Curso de Aperfeiçoamento Docência na Escola de Tempo Integral procura-se valorizar o que foi criado e construído pelos educadores cursistas em cada escola, sobretudo, com a participação dos educandos e das comunidades, pois são reconhecidas como

participes do processo de aprendizagem na perspectiva de que o acesso à educação pública é permanente.

3 | A CONSTRUÇÃO INTEGRADA DOS MÓDULOS E SEUS RESULTADOS

A educação integral é um processo de aprendizagem colaborativa, em que todos são aprendizes e educadores (Figura 1). Nesse sentido, o processo de construção e de elaboração dos planos de aula sobre essa temática foi sendo reformulado ao longo do desenvolvimento dos módulos durante o curso. Levou-se em conta as experiências e conhecimentos adquiridos e compartilhados pelos educadores cursistas, em um processo múltiplo de construção, reconstrução e troca de aprendizados.

Assim, todas as iniciativas e experiências relatadas foram valorizadas e engajadas nos módulos subsequentes, construindo-se uma rede de saberes e práticas educativas e pedagógicas.

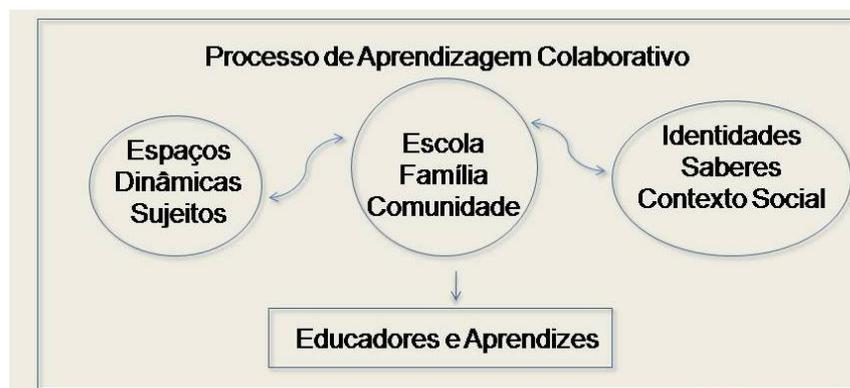


Figura 1: Processo de Aprendizagem Colaborativo

Fonte: Alves; Freitas (2016)

O Curso de Aperfeiçoamento Docência na Escola em Tempo Integral, na modalidade semipresencial, foi constituído por seis módulos, com aulas presenciais e a distância, por meio da Plataforma Moodle, em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O desenvolvimento dos módulos denominados: Desenvolvimento da Educação Integral no Brasil; Educação Integral e Integrada; A Escola e a Cidade; e Educação Integral como Arranjo Educativo Local, a partir do amplo diálogo entre educadores cursistas, possibilitou o alargamento de atividades integradoras, pois o desenvolvimento do conceito de educação integral, desde os marcos legais e do histórico, contribuiu para pensar a proposta de educação integral como política pública atual das escolas brasileiras.

Ao mesmo tempo, instigou-se a refletir sobre a transformação do currículo escolar, como processo educativo, sustentado na tarefa de continuidade, dinâmicas de um

novo espaço escolar, novo tempo, na certeza de que a educação é um processo, uma prática educativa vinculada à própria vida.

Nesse sentido, destacou-se a necessidade de um olhar atento ao PPP da escola como um plano a ser requalificado com metas a serem seguidas, na ampliação do tempo do estudante na escola, na valorização de experiências dentro e fora da escola. Para este estudo, a sustentação teórico-metodológica teve como base os Cadernos do Mais Educação, cujos textos de referência estão disponíveis no portal do MEC, e foram utilizados não como um modelo a ser seguido, mas no sentido de provocar reflexões e de dialogar com o currículo e com os conteúdos. Ao mesmo tempo, esses estudos sugerem caminhos para elaboração de uma proposta pedagógica, a partir do diálogo entre o setor acadêmico e o saber da comunidade.

A perspectiva da educação integral é romper com uma escola homogênea, sistematizada, e ao mesmo tempo provocar os educadores a elaborarem uma proposta pedagógica emancipatória, integrada ao local. Por isso, a necessidade de explorar os diferentes espaços da cidade como território local educativo. Para isso, é preciso conhecer a cidade, percebê-la como uma cidade educadora e, por meio da intersectorialidade, fortalecer as parcerias, refletir e discutir os arranjos educativos locais na construção de novas experiências e desafios que fortaleçam as práticas de uma formação integral.

Nessa perspectiva, pensando-se um educador cursista, que normalmente contempla uma carga horária elevada em seu dia a dia, procurou-se primar por atividades que realmente fossem prazerosas, aproximando teoria e prática docente, que pudessem ser adaptadas à realidade das escolas.

Desse modo, as aulas presenciais foram norteadas por atividades em grupos que ora contemplavam os educadores de uma mesma escola e ora educadores de escolas distintas. Nas atividades propostas, procurou-se valorizar as ações que já vinham sendo desenvolvidas nas escolas pelos educadores, o que propiciou relatos compartilhados, integrando os diferentes grupos em uma perspectiva emancipatória.

O Módulo I, *Introdução ao Ambiente Moodle*, teve como objetivo conhecer os cursistas e apresentar os instrumentos necessários para o desenvolvimento das aulas a distância na plataforma virtual. Os cursistas puderam enviar mensagens aos colegas de turma para se apresentarem e fazer uma síntese da sua trajetória profissional. Ao mesmo tempo, a aula presencial propiciou àqueles que desconheciam a plataforma virtual, uma melhor definição e utilização das ferramentas virtuais disponíveis.

O Módulo II, *Desenvolvimento da Educação Integral no Brasil: Histórico e Marcos Legais*, teve como objetivo compreender o processo histórico de desenvolvimento da educação integral no Brasil, seus marcos legais e políticas públicas para a educação integral. Visou proporcionar o conhecimento da legislação de que trata a educação integral no Brasil, ampliando as discussões e reflexões sobre as práticas educativas que vêm sendo desenvolvidas nas escolas.

O Módulo III, *Escola Integral e Integrada: conceitos, definições, novos saberes e*

possíveis ações, teve como meta discutir sobre as concepções acerca da educação integral e também discutir sobre as dimensões que a caracterizam. Ao mesmo tempo, proporcionou uma reflexão sobre as novas metodologias e práticas educativas, instigando reflexões sobre os desafios enfrentados pelos educadores das diferentes escolas da rede pública de ensino e incentivando a formulação de objetivos para futuras ações de educação integral.

A atividade realizada possibilitou conhecer e compreender a realidade das escolas envolvidas, apesar de muitas não possuírem um currículo integral e de não terem recursos e espaço adequados, realizam trabalhos na perspectiva da educação integral, desenvolvendo ações que validam e valorizam a construção cidadã do educando.

A principal sugestão apresentada foi a necessidade de formação continuada de todos os profissionais envolvidos com o Programa Mais Educação, desde o monitor até os gestores educacionais. Sem dúvida, ressaltou-se a necessidade de mais investimento financeiro em benefício das escolas para a ampliação da estrutura física na melhoria dos espaços educativos para realização de atividades práticas de aprendizagens.

Percebeu-se que os principais anseios, não estão no entendimento de conceitos, muito menos na realização de práticas educativas, mas sim, na forma de divulgar as experiências e as práticas realizadas nas escolas.

Dessa forma, construiu-se a última atividade do módulo, que consistiu em traçar os objetivos de práticas já realizadas pelos educadores cursistas em suas escolas.

Observou-se que a maior parte das escolas prima por estratégias e ações que valorizam o local, a comunidade e o município. Como exemplo, as escolas rurais incentivam o cultivo de hortas comunitárias e projetos ambientais. Cumpre salientar, que os parceiros da escola, na maioria das vezes, são pessoas da própria comunidade, e, em algumas comunidades, as empresas privadas locais. Salienta-se a luta diária dos educadores para que os projetos e ações educativas tenham continuidade, mesmo com pouco espaço e recursos.

O Módulo IV, *Escola e a Cidade: políticas públicas e pedagógicas*, teve como objetivo compreender as articulações entre educação e cidade, com base na escola e seu entorno, e o papel das políticas públicas e pedagógicas na construção de uma educação integral com base na concepção de cidade educadora. Assim, os educadores puderam refletir e construir um plano de trabalho que contemplou algum espaço público da sua cidade como potencialidade educativa a ser desenvolvida na prática da educação integral.

O Módulo V, *Educação Integral como Arranjo Educativo Local* (Projeto Político Pedagógico), teve como objetivo principal entender a educação integral, e refletindo sobre ela como um arranjo educativo local que deve ser construído e discutido por meio da requalificação do PPP da escola comunidade, que é o objeto desencadeador de uma comunidade educadora.

Percebeu-se que os educadores cursistas realizavam inúmeras estratégias de educação integral, no entanto essas ações não eram compartilhadas e divulgadas. Assim, na perspectiva de refletir sobre os arranjos educativos locais na perspectiva da requalificação do PPP, o módulo se consolidou na construção de um relato de experiência sobre educação integral.

Os textos construídos a partir dos relatos e das outras atividades produzidas nos módulos do Curso se constituiu na síntese dos trabalhos realizados pelos cursistas durante todo curso.

O resultado dos relatos foi surpreendente, pois se pode identificar a gama de atividades e práticas pedagógicas que estão sendo realizadas no espaço escolar em consonância com parcerias locais, para além dos muros da escola. Trabalho esse que muitas vezes não é divulgado, mas que deve ser valorizado e compartilhado para outras comunidades e ambientes escolares, com vistas à ampliação de práticas educativas possíveis de serem realizadas, visando uma formação integral, cidadã de qualidade para a maioria.

O Módulo VI, *Educação Financeira e Fiscal*, teve como objetivo buscar a compreensão das concepções de empreendedorismo e gestão financeira, a fim de propor práticas educativas que favoreçam desenvolver habilidade e competências que contemplem perceber a função social dos tributos.

O material de trabalho pedagógico do Curso de Aperfeiçoamento, na modalidade de Educação a Distância, Semipresencial foi produzido pelas professoras pesquisadoras a partir do estudo da bibliografia de referência e de material didático. Assim, cada módulo possui material independente disponibilizados na Plataforma Moodle.

4 | PERFIL DOS CURSISTAS

O Curso iniciou com 169 cursistas inscritos, todos tinham curso superior completo, licenciatura; desse total, 3 possuem Curso de Mestrado; 58 possuem Curso de Especialização. Em relação à rede de ensino, 84 inscritos atuam na rede municipal de ensino e 80 na rede estadual. A maioria dos cursistas está exercendo a docência.

Além desses, 33 professores estão exercendo cargos administrativos; 13 exercem função em coordenação pedagógica; 11 atuam como diretores de escola; e 9 atuam como vice-diretores.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada de educadores em educação integral pode ser entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado depois da formação inicial, com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade aos educandos. Ela não se restringe somente a cursos

de atualização, mas deve ser encarada como um processo construído no cotidiano escolar de forma constante e contínua, por meio de estudos, pesquisa, reflexão e ação sobre a prática.

De acordo com o Centro de Referência em Educação Integral, a educação integral se refere a uma concepção, a uma nova proposta educacional, que expande a compreensão de educação para além dos conteúdos compartmentados do currículo acadêmico. Dessa forma, implica um novo paradigma educacional, no qual os papéis da escola, dos conhecimentos escolares e, conseqüentemente, dos profissionais da educação precisam ser repensados.

Nesse novo cenário, todos os sujeitos envolvidos nas relações educativas se tornam educadores. Assim, nos contextos da educação integral é necessário que todos os trabalhadores da educação – gestores, professores, coordenadores pedagógicos, monitores, educadores comunitários, funcionários – tenham a oportunidade de vivenciar processos de formação continuada, a fim de que possam refletir sobre suas concepções e ideias acerca da educação, possibilitando as mudanças necessárias à implementação de propostas que realmente se preocupem com o desenvolvimento integral dos sujeitos. Entre as diversas mudanças, que incluem a diversificação do currículo, a incorporação de novos agentes educativos e a ampliação e qualificação do tempo escolar, destaca-se a utilização do território como espaço de aprendizagem.

Conhecer o lugar em que vivem é fundamental para que os sujeitos entendam suas próprias histórias e possam entender a construção das identidades.

A experiência, a partir da oferta do Curso de Aperfeiçoamento Docência na Escola em Tempo Integral, no Centro de Educação, despertou interesse de um grupo de professores da rede pública estadual em dar continuidade ao estudo nessa área do conhecimento. Assim, com a intermediação do Centro de Educação, da UFSM, foram iniciadas as tratativas com o MEC para que, futuramente, seja ofertado Curso de Especialização, com ênfase nos estudos acerca da educação integral e integrada ao território.

REFERENCIAS

ALVES, Heliana de Moraes; FREITAS, Neida Maria Camponogara de. **Processo de Aprendizagem Colaborativo**. 2016. 1 Figura.

ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ. [2014]. **Trilhas Educativas**. Disponível em: <http://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Trilhas-Educativas_Cidade-Escola-Aprendiz.pdf> Disponível em: 25 fev. 2015.

BRASIL. **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília, DF: MEC/Secad, 2009a. (Série Mais Educação).

_____. **Gestão Intersetorial no território**. Brasília, DF: MEC/Secad, 2009b. (Série Mais Educação).

_____. **Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação**

integral: caderno para professores e diretores de escolas. Brasília, DF: MEC/Secad, 2009c. (Série Mais Educação).

_____. Ministério da Educação. **Educação Integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira.** Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil: Estudo Qualitativo. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=8199&Itemid=>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. Resolução CD/FNDE n. 24, de 16 de agosto de 2010. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos programas de formação inicial e continuada de professores e demais profissionais de educação, implementados pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e pagas pelo FNDE. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[>. Acesso em: 29 ago. 2016.](http://www.portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=7044&Itemid=)

_____. L. Ministério da Educação. **Caderno Territórios Educativos para a Educação Integral.** Organização de Jaqueline Moll. Brasília, DF: MEC/SEB, 2014. (Série Cadernos Pedagógicos Mais Educação).

_____. Resolução n. 2, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, MEC/CNE/CP, Brasília, DF, 2 jul. 2015. Seção 1, p. 8–12.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Conceito de Educação Integral.** 2016. Disponível em: <<http://www.educacaointegral.org.br/conceito/>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez; CARVALHO, Levindo Diniz e NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz. **Educação integral e integrada.** Módulo I. Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação, 2010.

_____. **Educação integral e integrada.** Módulo II. Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação, 2010.

_____. **Educação integral e integrada.** Módulo III. Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação, 2010.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-476-4

